

Uso Racional de Medicamentos: do acesso à Atenção Farmacêutica

*Rational use of medicines: from the access
to the pharmaceutical care*

Patrícia de Carvalho MASTROIANNI

Departamento de Fármacos e Medicamentos, Faculdade de Ciências Farmacêuticas, UNESP, Campus de Araraquara, SP.

E-mail: pmastro@fcfar.unesp.br

O uso racional de medicamentos é o processo que compreende a prescrição apropriada de medicamentos eficazes, com disponibilidade oportuna e a custos acessíveis, seguros, de qualidade, com dispensação em condições adequadas, assim como o consumo nas doses indicadas e nos intervalos e períodos definidos. Apesar dos esforços implícitos na Política Nacional de Medicamento (1) para o acesso a medicamentos, ainda continua sendo um desafio o *acesso sem excesso* e o *acesso seguro*, para uso correto de sua farmacoterapia (2,3).

Os indicadores estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para acesso aos medicamentos essenciais (4), permitiram evidenciar que o programa “Farmácia Popular” e a política de Medicamentos Genéricos, colaboram para acesso, principalmente dos usuários não atendidos nos serviços assistenciais do Serviço Único de Saúde (SUS), por promoverem a disponibilidade à custo menor (5). Entretanto, o acesso aos medicamentos não garante o seu uso correto e faz-se necessário entender o processo do uso e estabelecer estratégias para que o usuário receba, além do medicamento, as informações mínimas para o uso e armazenamento adequados, bem como orientações sobre a automedicação responsável, tendo em vista que *o acesso não pode levar ao excesso*. Mesmo que o usuário tenha um diagnóstico e prognóstico adequados para o seu estado de saúde, o médico estabelece um tratamento farmacológico

co, sendo que cerca de 70 a 90% das consultas geram pelo menos uma prescrição de medicamento. O usuário recebe uma prescrição, tem acesso ao medicamento e ao processo da dispensação e/ou aviamento, recebe um produto com qualidade, seguro, efetivo, ao menor custo, associado às informações mínimas, tais como modo e tempo de uso, via de administração, condições de armazenamento e esclarecimento de suas possíveis dúvidas (6).

A Gestão da Assistência Farmacêutica não garante, por si só, o uso seguro, efetivo, e adesão à medicação (tomada de decisão do paciente) se não há a gestão integral da farmacoterapia (7). Afinal, o processo de uso é estabelecido a partir das experiências farmacoterapêuticas do paciente, seus familiares e amigos. A decisão pela adesão é pautada no seu julgamento de necessidade, percepção de segurança e efetividade. Portanto, são estas experiências que são avaliadas para tomada de decisão em “não tomar” ou “tomar” ou buscar estratégias de “conseguir” o medicamento, por meio de várias prescrições, visitas a pronto-atendimentos e emergências, automedicação, uso abusivo ou até mesmo uso ilícito.

Esses aspectos refletem e ressaltam o papel essencial do farmacêutico, como um profissional da saúde, tanto na garantia ao acesso como no uso racional dos medicamentos, considerando ser ele o único profissional com formação em todos os níveis desses processos.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Portaria GM/MS nº 3.916/98, Aprova a Política Nacional de Medicamentos. D.O.U. Brasília. Ministério da Saúde.
2. Mastroianni PC, Lucchetta RC, Sarra JR, Galduróz JCF. Estoque doméstico e uso de medicamentos em uma população cadastrada na Estratégia Saúde da Família no Brasil. *Rev Panam Salud Publica*. 2011; 29 (3):358-364.
3. Mastroianni PC; Andrade RV, Galduroz JCF, Farache Filho A. Acesso, segurança e uso de medicamentos por usuários. *Rev Ciência em Extensão*. 2012; 8(1):6-24.
4. Ferreira-Filho JCR, Correia, GT, Mastroianni PC. Acesso a medicamentos essenciais em farmácias e drogarias do município de Araraquara. *Rev Ciênc Farm Básica Apl*. 2010; 31(2):177-182.

5. Mastroianni, P.C.; Machuca, M. Farmacovigilância: problemas de segurança e inefetividade relacionados ao uso de medicamentos. *In: Farmacovigilância para promoção do uso correto de medicamentos*. 1. ed. Porto Alegre: Art-med, 2013, 97–108.
6. OFIL. Guía para la implantación de servicios de gestión integral de la farmacoterapia [Internet]. Cadiz: Organización de Farmacéuticos Ibero-latinoamericanos., 2012. [acceso em 2016 set 5]. Disponível em: www.ofil-internacional.org
7. OMS. Organização Mundial da Saúde. Manual for Core Indicators on Country Pharmaceutical Situations [working draft]. Geneva: WHO; 2003. Disponível em: <http://archives.who.int/tbs/monitoring/workingdraft.pdf>